



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

LEI MUNICIPAL Nº 241/2016
19 de dezembro de 2016.

Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABI, ESTADO DE SERGIPE:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a Despesa do Município de ITABI, para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I- O Orçamento fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta;

II- O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as Secretarias, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, cujas ações são relativas á saúde previdência e assistência social;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

CAPITULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 2º - A Receita total é estimada, no mesmo valor da despesa total, em **RS 20.903.000,00 (vinte milhões, novecentos e três mil reais)**.

Art. 3º - A receita decorrerá da arrecadação efetuada nos termos da legislação vigente e convênios firmados com os Governos Federal e Estadual, segundo as especificações constantes do demonstrativo, observado o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÃO | TOTAL (RS) |
|--------------------------------|-----------------------|
| 1 – RECEITAS CORRENTES | 22.305.000,00 |
| Receita Tributária | 417.000,00 |
| Receita de Contribuições | 12.000,00 |
| Receita Patrimonial | 321.000,00 |
| Receitas de Serviços | 99.000,00 |
| Receitas Agropecuárias | 0 |
| Transferências Correntes | 21.222.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 234.000,00 |
| Deduções Correntes | (2.063.000,00) |
| 2 – RECEITAS DE CAPITAL | 661.000,00 |
| Operações de Créditos | 118.000,00 |
| Alienação de Bens | 21.000,00 |
| Transferências de Capital | 522.000,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0 |
| TOTAL GERAL | 20.903.000,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

Art. 4º - A despesa total, no mesmo valor da receita total, é fixada em **RS 20.903.000,00 (vinte milhões, novecentos e três mil reais)**.
e será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

| UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | VALOR (RS) |
|--|----------------------|
| PODER LEGISLATIVO | |
| * Câmara Municipal de ITABI | 876.000,00 |
| PODER EXECUTIVO | |
| * Gabinete do Prefeito | 995.000,00 |
| * Secretaria da Administração Geral | 636.000,00 |
| * Secretaria de Finanças | 988.000,00 |
| * Séc. de Obras Transporte. e Serviços Urbanos | 3.358.000,00 |
| * Fundo Municipal de Saude | 3.697.000,00 |
| * Secretaria da Educação e Cultura | 5.895.000,00 |
| * Secretaria de Agricultura Abast. Irrigação e Meio Ambiente | 662.000,00 |
| * Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho | 3.034.000,00 |
| * Secretaria do Esporte Eventos e Turismo | 638.000,00 |
| * Procuradoria Geral | 124.000,00 |
| TOTAL | 20.903.000,00 |

Seção II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 5º - Fica o poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do total da despesa fixada por esta Lei.

Art. 6º - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – atender insuficiências de dotações do grupo de pessoal (ativos, inativos e pensionistas) e encargos sociais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

II – a remanejar recursos até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária, não onerando esse limite os créditos suplementares abertos para reforçar dotações de pessoal, obrigações patronais, encargos com inativos e pensionistas, serviços da dívida, programa de assistência ao servidor público (PASEP), precatórios judiciais, sentenças judiciais, encargos gerais da administração e os destinados a reforçar dotações financiadas por convênios, contratos, acordos e ajustes e o superávit patrimonial ocorrido no Balanço Patrimonial do exercício anterior;

III – atender despesas mediante a utilização da reserva de contingência nos termos do art. 5º inciso III, alínea b da lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

IV – atender despesas mediante a utilização de recursos legalmente vinculados nos termos do art. 8º parágrafo único da Lei Complementar nº101 de 4 de maio de 2000;

V – atender despesas decorrentes da contrapartida do Município com entes públicos e privados e a transpor, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada, recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro;

VI – atender insuficiências de despesas consignadas nos Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e nos Programas de Trabalhos relacionados com a manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o remanejamento de dotações das respectivas funções.

VII – atender ao disposto no § 1º, inciso II, do art. 169 da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, inclusive a realização de concursos públicos para provimento de cargos, observadas as condições e os critérios estabelecidos em leis específicas para cada situação.

Art. 7º - Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos suplementares por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, no parágrafo 8º do artigo 165 da Constituição Federal e no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e transferir por Decreto, funções, subfunções, programas, atividades e projetos, e seus respectivos elementos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABI

despesas, quando o programa não existir neste orçamento, de acordo com a Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2017.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de ITABI, 19 de dezembro de 2016.


RUBENS FEITOSA MELO
Prefeito Municipal